

Munhoz cobra ação urgente contra crise

Mantidas as atuais taxas de inflação — entre 12 e 16 por cento — os preços jamais serão realinhados, provocando, em consequência, uma constante disputa por margens de lucros entre os empresários e por renda entre trabalhadores e patrões gerando cada vez mais inflação. Esta é a opinião do professor de Economia da Universidade de Brasília, Décio Garcia Munhoz, que participou de um debate sobre "Moratória e Crise Financeira" promovido pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Além de Munhoz, esteve presente como convidado especial o deputado César Maia (PDT-RJ).

O clima do debate, ao qual compareceram vários economistas do Governo, foi de pessimismo com relação à atual crise econômica. Tanto Munhoz quanto César Maia colocaram a possibilidade de que o País seja surpreendido por um golpe militar, caso a crise na área econômica não seja resolvida. "O Governo está colocando os tanques na rua para conter um conflito distributivo. Temo por um solução (golpe) à direita e com apoio da classe média, que está preocupada com a ordem", afirmou o professor da UnB.

Para superar o que chama de conflito distributivo, Munhoz propõe que os salários sejam recompostos pelo pico (reajuste com base no índice de inflação acumulado em um determinado período e não pela média dos índices de preços ocorridos nesse período) e o Governo faça um controle dos preços por tempo determinado. Em contrapartida à administração dos preços, Munhoz propõe a redução dos encargos financeiros das empresas. "A saída está na área monetária, mas sem prejuízo dos salários", disse o economista. Ele pensa que a redução dessa carga poderia ser feita mediante o uso de tablitas — do mesmo tipo das que antes convertiam os Cruzeiros em Cruzados. Mas ao invés de uma tablita seriam utilizadas várias delas, deflacionando o valor dos contratos financeiros com base na inflação verificada no mês da assinatura dos mesmos e não em uma projeção de infla-

ção como ocorreu durante o Plano Cruzado.

Conforme Décio Munhoz, os salários sofreram uma perda de 30 a 35 por cento em relação ao valor que tinham em março do ano passado. As negociações salariais e os disparos do gatilho reajustaram os salários em 44 por cento enquanto a inflação foi de 85 por cento. No reajuste proposto devem ser preservados os ganhos reais obtidos no ano passado. O economista criticou o gatilho, pois não defende, como deveria, o poder de compra dos trabalhadores e ainda contribui para aumentar a "bola de neve", que é a disputa de rendas. "A solução é evitar que a bola comece a rolar", sentenciou Munhoz.

Ele se diz pessimista com relação a um novo pacto social, pois não adiantaria convidar os sindicatos para suportarem mais perdas. O professor da UnB mostrou-se preocupado com a contradição entre diversas medidas governamentais. Ele chega a desconfiar que a contradição é proposital e tem como objetivo desorganizar a economia com fins políticos.

Já a moratória não preocupa tanto o economista. O que ele considera grave é o volume da dívida pública (atualmente em 80 bilhões de dólares) e a dificuldade de exportarmos para que se possa fazer a remessa de dólares como pagamento dos juros da dívida. Conforme Décio Munhoz, os efeitos internos da moratória são mínimos e os credores não cortarão os créditos de curto prazo, pois isto lançaria o País numa situação danosa demais, o que não seria de interesse deles.

A posição do País ficou mais frágil, conforme Décio, e, apesar de o Governo dizer que não quer acatar os ditames do FMI, "parece que estamos em recessão". "A solução para a crise deve ser política", disse Décio. Ele quer dizer que o País deve optar agora por resolver sua crise econômica sem efetuar corte nos salários, como sempre foi feito. O deputado César Maia acha que a redistribuição de renda é a única forma de acabar com o que chamou de inflação estrutural.